



1ª quinzena de outubro de 2000

nº 70

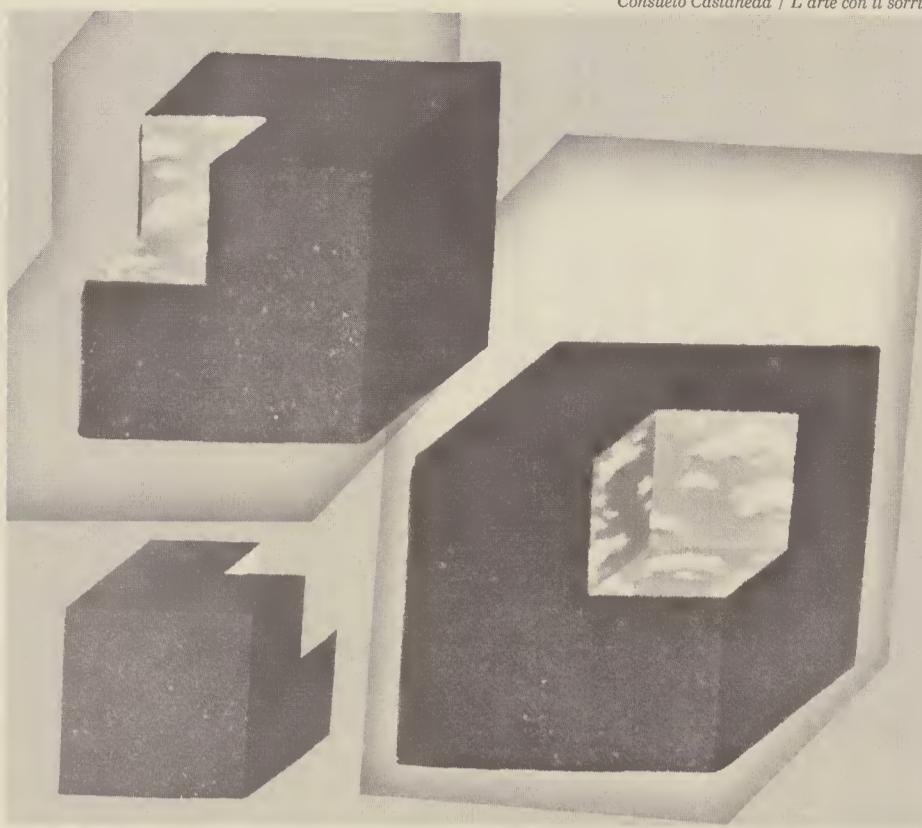


Oito anos depois da Rio-92, a reunião de Haia, na Holanda, no final do mês que vem, voltará a debater formas de diminuir a emissão de gás carbônico em escala global. Uma das propostas, que foi apresentada pelo Brasil, é criar um imposto sobre a poluição. O tema é polêmico. Na avaliação de muitos ambientalistas, o problema pode estar simplesmente sendo empurrando para as futuras gerações.

Páginas 6 e 7

A conta da poluição

A Feira do Livro de Porto Alegre é o maior acontecimento do gênero ao ar livre da América Latina. Como evento popular, social e cultural também é imbatível. Mas não só isso. A feira é considerada uma das responsáveis pelo índice de leitura no Estado ser o dobro da média nacional. Na entrevista da página 12, Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, conta as novidades da 46ª edição, que abre no dia 27, e analisa a situação do mercado editorial gaúcho.



"Ar dos tempos"

Está no "ar dos tempos" o princípio do "pagou-levou", ainda que o que se compre hipoteque o futuro de nossos filhos.

O resultado mais concreto da profusão de reuniões ecológicas mundiais que iniciaram em 1992, no Rio de Janeiro, pode ser a recomendação da adoção da compra de cotas de poluição por parte dos grandes da terra. É como se um fumante rico comprasse um pedaço de pulmão de um pobre.

Que a turma do FHC e Malan vejam nisso a possibilidade de entrada de mais alguns dólares para fechar as contas externas é normal, mas que representantes do governo da frente popular façam eco, aí a coisa começa a nos preocupar.

Querer que os países ricos e perdedários assumam suas responsabilidades não significa aceitar que, porque pagam, tenham o direito de continuar despejando sujeira e comprometendo não só o futuro como também o presente.

Provavelmente, o que passa na cabeça de alguns é: "Vamos agarrar aquilo que é possível".

Tudo bem! O problema é que se acaba, em nome desse pragmatismo, validando a continuidade da farra com os recursos naturais.

Nesta linha, não podemos deixar de mencionar um fato protagonizado pela direção da Adufrgs quando de uma reunião entre a Secretaria da Fazenda do RS e entidades sindicais e comunitárias, cuja pauta era a discussão da matriz tributária.

Quando propomos a criação de um imposto sobre o consumo de água acima de um certo volume – a ser definido em função do consumo razoável de uma família – o simplismo demagógico prevaleceu. Em resumo, a opinião geral era de que seria politicamente inviável a existência de imposto sobre o excesso de consumo de água.

A nosso ver, não estamos aqui para implementar só aquilo que é aceito pelo senso comum.

Infelizmente, o culto positivista da ciência e, acrescentaríamos, do progresso (ver artigo de Ignácio Ramonet nas páginas 8 e 9), ainda permeia os corações e mentes da esquerda.

Perfil dos investimentos

Em uma matéria intitulada "Presente de grego", o jornal Valor Econômico, de 3 de maio, fez uma análise do perfil dos capitais estrangeiros que ingressaram no Brasil desde 1996. Segundo o jornal, o montante já chega a US\$ 93,523 bilhões, dirigido especialmente para o setor de serviços (US\$ 61,961 bilhões), que é muito lucrativo, pouco ou nada exportador, mas que aumentará muito a remessa de lucros.

Rombo externo

De acordo com a economista Maria da Conceição Tavares, "o total de remessas líquidas de lucros somado às despesas líquidas com juros e às amortizações, pagas ao longo de seis anos (1994 a 2000), alcançou o montante inacreditável de US\$ 231 bilhões". Para fechar as contas, "foi necessário um aumento correspondente das desnacionalizações e privatizações de mais de US\$ 130 bilhões, assim mesmo com perda de reservas". É a isso, conclui a economista, que está reduzida "a brilhante contribuição do investimento direto estrangeiro, que deveria levar-nos ao 'paraíso da competitividade' e não acrescentou qualquer capacidade produtiva significativa à taxa de investimento líquido interno". Em síntese: "Estamos vendendo o País para pagar a dívida".

Despesa dobrada

A despesa com o pagamento da dívida externa brasileira aumentará em mais de US\$ 1 bilhão no ano que vem. A projeção é do próprio Banco Central (BC), encaminhada a investidores nacionais e estrangeiros por meio de mensagem eletrônica. De acordo com o BC, o valor dos gastos subirá de US\$ 2,912 bilhões, em 2000, para US\$ 4,270 bilhões, em 2001. (Fonte: Jornal Adufmat – set/2000)

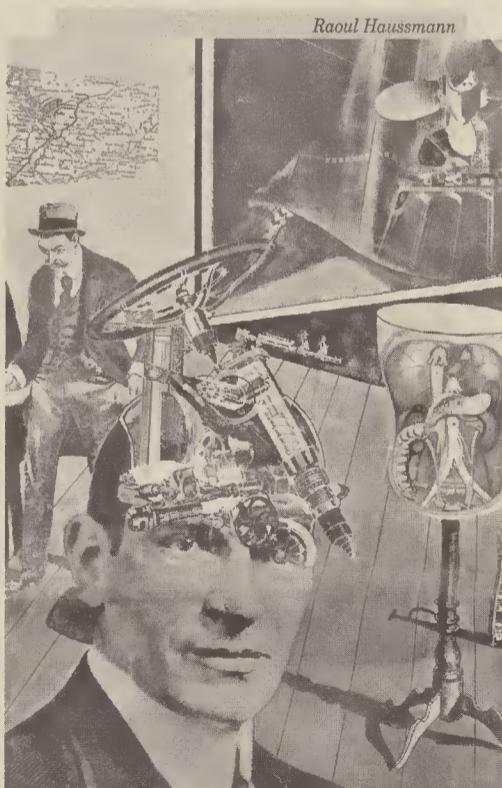
Brasil tem mais 3,1 milhões de pobres

O número de brasileiros que vivem na pobreza aumentou 3,1 milhões em 1999, chegando a 57,2 milhões de pessoas que não têm renda suficiente para se alimentar, se vestir e garantir as necessidades mínimas de saúde e educação. Segundo um estudo de Sônia Rocha, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1998, 33,4% da população brasileira vivia na pobreza. No ano seguinte, este percentual subiu para 35%. O plano de ajuste econômico implementado em novembro de 1998, um mês depois da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, e as consequências da desvaloriza-

ção do real em janeiro de 1999 têm sido apontados como fatores de deterioração social. Ainda de acordo com o informe, apesar do crescimento da pobreza, pela primeira vez, desde 1996, o número de indigentes caiu no último ano. Em 1998, 13,9 milhões de brasileiros, o correspondente a 9% da população, viviam abaixo do nível da pobreza. Em 1999, esse número caiu para 13,6 milhões, ou seja, 8,7% da população. (Fonte: Boletim do Congresso Nacional)

Desafios éticos

Os desafios éticos decorrentes do seqüenciamento do genoma humano é tratado com destaque na edição de julho/agosto do jornal do Conselho Federal de Medicina. A possibilidade de patenteamento de genes humanos e a criação de mecanismos de controle que evitem discriminação por motivos genéticos são alguns dos aspectos debatidos. Para o Conselho, "o avanço científico obtido pela pesquisa na área genética deve ser acompanhado de perto pelo desenvolvimento e aprimoramento de conceitos éticos que impeçam a transformação das conquistas em ações que firam a dignidade dos homens e da sociedade". Essa cautela, de acordo com o órgão, não significa nenhum apoio à idéia de limitação das pesquisas. Seus resultados devem servir ao desenvolvimento da humanidade e "nunca à satisfação de minorias" ou como "elemento da busca desenfreada de lucros por parte das grandes corporações".



CONAD

Projeto "fere de morte" a carreira docente

O emprego público será um dos temas centrais do Congresso Nacional das Associações de Docentes (Conad), que vai ocorrer de 3 a 5 de novembro em Pelotas. Uma prévia do debate foi o Seminário do Emprego Público, realizado no dia 28 de setembro, na Faculdade de Economia. O evento reuniu representantes das entidades promotoras: o advogado Rogério Coelho, assessor jurídico da Adufrgs, e o professor Sérgio Bampi, presidente da Regional Sul da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Os debatedores analisaram os efeitos do anteprojeto que pretende normatizar o emprego público pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nas universidades federais. A proposta do governo federal será submetida ao Congresso Nacional e traz várias ameaças aos professores. A principal delas, na opinião de Bampi, é que uma nova forma de relação do emprego, paralela ao Regime Jurídico Único, pode fragilizar ainda mais a universidade.

O professor fez uma análise detalhada de cada uma das alterações que estão sendo propostas e alertou para essa nova ameaça à qualidade do trabalho desenvolvido nas universidades federais. "Há uma possibilidade muito grande de se fazerem contratos por tempo indeterminado e de se contratar professores colaboradores por 12 horas, o que abre caminho para a exploração de trabalho docente", afirma.

Impacto

Bampi analisou o impacto que a aprovação deste anteprojeto teria na atividade de pesquisa. O motivo é que a proposta desconsidera o trabalho do pesquisador. "Ele não dá importância para a necessidade do docente se dedicar também ao trabalho de investigação, tanto que não existe gratificação ou



Bampi: Anteprojeto do governo federal para o emprego público desconsidera trabalho do pesquisador

incentivo à dedicação exclusiva à universidade". Pelo contrário, explica Bampi, estabelecem-se dois níveis iniciais de carreira: o do professor colaborador e o do professor auxiliar. "Eles terão uma relação muito eventual com a universidade, apenas de sala de aula, o que não incentiva de forma alguma o docente a dedicar-se à pesquisa".

O representante da SBPC adverte, também, que a nova norma jurídica vai acabar com a garantia de aposentadoria integral. "Isso desincentiva enormemente o professor que, sem essa garantia, não poderá se dedicar toda vida à pesquisa. Não existe nela uma gratificação para dedicação exclusiva. O projeto fere de morte todo o princípio da carreira docente, que é a crescente qualificação, a dedicação docente ao ensino e à pesquisa e atividades de extensão", finaliza.

JUSTIÇA

Aprovada isenção de IR para prêmios intelectuais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou, na semana passada, o Projeto de Lei nº 1044/95, de autoria do deputado Antônio Carlos Pazzunzio (PSDB-SP), que concede isenção de imposto de renda para os prêmios em dinheiro, auferidos em concursos de produção intelectual. O autor diz que a Constituição considera que o Estado tem o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e deve se constituir uma instância de incentivo e valorização da produção artístico-cultural e científica.

De acordo com o parlamentar, a medida representará mais uma forma de estímulo e de promoção que o Poder Legislativo dará aos brasileiros preocupados com a produção intelectual. A matéria foi relatada na Comissão pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). O projeto, já aprovado pelas Comissões de Educação e Desporto e de Finanças e Tributação, teve sua tramitação conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e agora irá ao Senado Federal.

(Fonte: Boletim do Congresso Nacional)

46ª FEIRA DO LIVRO

França é o país homenageado

A França será a homenageada especial na 46ª Feira do Livro de Porto Alegre que vai de 27 de outubro a 15 de novembro. Durante a Feira, o público gaúcho terá a oportunidade de participar de uma série de atividades culturais, com a presença de artistas, escritores e convidados franceses. A abertura da programação especial será no próximo dia 26, às 20h, no Teatro da Ospa. Três atividades foram programadas para essa noite: exposição sobre a vida e obra do escritor Saint-Exupéry, autor de "O Pequeno Príncipe"; apresentação de teatro de bonecos com a companhia Caixa do Elefante; e espetáculo de dança com a bailarina Maria Elisa Feitas Machado, intitulado "Camille Claudel: escultora de emoções".

Segundo o coordenador da programação, Eric Chartiot, "a homenagem é uma honra para os franceses e uma forma muito visível de mostrar a presença da França no Brasil e no Rio Grande do Sul." Chartiot é diretor da Aliança Francesa em Porto Alegre. Ele acredita que a homenagem servirá também para estreitar os laços culturais entre os dois países. Além da atividade do dia 26 (que contará com a presença do embaixador da França no Brasil), durante a Feira do Livro, haverá também uma ex-

tensa programação, tendo a cultura francesa como tema central. Haverá um estande de 72 metros quadrados na Praça da Alfândega, onde serão apresentados cerca de sete mil títulos franceses, com a participação de entidades representativas da cultura francesa no Estado e no País.

Destaques da programação

- Palestras com seis autores franceses;
- Festival de Cinema francês;
- Festival de filmes documentários franceses;
- Encontro sobre o ensino da língua francesa;
- Diálogos culturais França-Brasil (mesas-redondas);
- Exposições sobre autores franceses;
- Espetáculo de dança da companhia carioca Regina Miranda, na abertura do Unidança, no salão de atos da UFRGS, no dia 13 de novembro.

O evento será aberto ao público. Os ingressos podem ser retirados na sede da Aliança Francesa (Praça Maurício Cardoso, 49), ou na sede da Ospa.



Tradição: Todos os anos, o xerife Júlio La Porta abre e encerra a feira badalando seu sino

Mario Brasil / Agência RBS

CURTAS

Crescimento industrial

Com uma taxa de crescimento de 13%, em agosto, o Rio Grande do Sul foi, mais uma vez, o estado brasileiro com maior índice de atividade industrial. Na taxa acumulada no ano, o RS apresenta um crescimento de 10,4% e no acumulado nos últimos doze meses (setembro/99 a agosto/00) de 9,4%. Dois fatores são apontados como responsáveis por esse crescimento: o aumento gradativo das exportações, desde a desvalorização cambial, em índices superiores à média nacional, e a expansão da demanda interna, sustentada pelo aumento da remuneração média dos trabalhadores nos últimos meses e pela redução gradativa das taxas de desemprego. A Região Metropolitana de Porto Alegre, aliás, também registrou a menor taxa de desemprego entre as seis regiões pesquisadas pelo Dieese. Este ano, mais de 40 mil novas vagas foram geradas no mercado de trabalho gaúcho.

Marcha das Mulheres

Reprodução



A Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência sexista, iniciada em 8 de março – Dia Internacional da Mulher – encerrou com protestos em várias partes do mundo. Na capital paulista, manifestantes distribuíram pão e rosas à população; depois, protestaram em frente à Bolsa de Valores. Ao mesmo tempo, foi entregue ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Anan, um abaixo-assinado com as reivindicações das mulheres. No domingo, dia 15, uma delegação dos países que participam da Marcha realizou manifestação em Washington, em frente ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional). A idéia da Marcha, que aconteceu simultaneamente em vários países, surgiu em 1995, em Québec, Canadá, quando 800 mulheres percorreram 200 quilômetros pedindo pão, para saciar a fome do mundo, e rosas, para simbolizar o fim da violência contra a mulher.

Plano Colômbia gera protestos

O movimento Brasil Outros 500, pastorais sociais e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizaram, no dia 11 de outubro, uma Tribuna Aberta em frente à embaixada dos Estados Unidos contra o Plano Colômbia e suas consequências para a região Amazônica. O protesto faz parte do Grito Continental dos Excluídos, por justiça e vida, que aconteceu em toda a América Latina. De acordo com os organizadores, "é urgente impulsionar uma ampla campanha nacional de denúncia e esclarecimento sobre a ação imperialista na Amazônia". Eles denunciam que o objetivo dos EUA, em parceria com o governo colombiano, não é combater o narcotráfico na floresta amazônica: "o que eles pretendem é a ocupação militar e o domínio econômico e político da região."

TRANSGÊNICOS

Imunologista diz que informações induzem a erro

Apesar de serem potencialmente possíveis, até o momento estas misturas gênicas não foram feitas, afirmou o professor José Artur Chies, do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contestando informações publicadas na matéria "Transgênicos, uma questão estratégica" (Adverso nº 67). A informação, reproduzida de material amplamente divulgado pela organização Greenpeace, fala de "estranhas misturas que se tornaram realidade pelas técnicas de engenharia genética, que permitem cruzamentos que antes não existiam na natureza". Na opinião de Chies, os exemplos utilizados "dão margem a erro de interpretação".

De acordo com o geneticista, é inexata a afirmação do biólogo Francisco Milanez de que microorganismos com material genético humano podem, por exemplo, não serem mais reconhecidos como invasores pelo sistema imunológico humano. Chies garante que a adição de material humano em um microorganismo não elimina, em hipótese alguma, os outros componentes do microorganismo, os quais continuarão a ser considerados como estranhos ao corpo humano. E acrescenta: "a afirmação do biólogo Francisco Milanez mostra que, mesmo profissionais competentes, quando envolvidos em assuntos alheios a suas especialidades, podem cometer erros, levando a transmissão de informações equivocadas". Como imunologista, educador e geneticista, Chies considera que o problema dos organismos geneticamente modificados envolve muitos aspectos diferentes – sociais, políticos, econômicos e científicos –, que devem ser tratados de forma distinta.

Impasse econômico

Para além das polêmicas especificamente técnicas, os transgênicos estão no centro também de um grande impasse de natureza econômica. Segundo dados do Instituto Worldwatch, que estuda a saúde ambiental do planeta e sua relação com aspectos políticos e econômicos, após quatro anos de desenvolvimento extraordinário, os agricultores deverão reduzir o cultivo de sementes geneticamente modificadas em até 25% ao longo do ano 2000, no momento em que a reação pública crescente surpreende a até então bem-sucedida indústria de biotecnologia. As cotações das ações das empresas de biotecnologia agrícola estão caindo, as exportações de produtos transgênicos estão despencando e os questionamentos sobre a responsabilidade pelo que está se transformando num colapso de grandes proporções para os agricultores está aumentando. Ao mesmo tempo, 130 nações acabam de assinar um acordo internacional de biossegurança recomendando cautela.

Em todo o mundo, a área cultivada com lavouras transgênicas saltou mais de 20 vezes nas últimas quatro safras – de dois milhões de hectares em 1996 para quase 40 milhões de hectares em 1999. Nos Estados Unidos,

Argentina e Canadá, mais da metade da área das principais culturas (soja, milho e canola) está cultivada com transgênicos. Juntos, eles representam 99% da área transgênica global, o que demonstra a limitada aceitação dos produtos geneticamente modificados. Na Europa, é crescente o número de cadeias varejistas que estão retirando os produtos transgênicos de suas prateleiras. As exportações norte-americanas de soja para a União Européia despencaram de 11 milhões de toneladas em 1998 para seis milhões de toneladas no ano passado. Por sua vez, o milho norte-americano vendido para a Europa caiu de dois milhões de toneladas em 1998 para 137 mil toneladas no ano seguinte. O prejuízo chega perto de US\$ 1 bilhão.

Os investidores reagiram duramente à rejeição crescente dos consumidores aos transgênicos e à consequente redução nas vendas de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos complementares. Em maio de 1999, o maior banco da Europa, o Deutsche Bank, recomendou aos clientes liquidarem todo o seu investimento em empresas envolvidas com engenharia genética, declarando que "os organismos geneticamente modificados estão mortos". O relatório do banco anteviu o desenvolvimento de um mercado de dois níveis, onde os não-transgênicos teriam um ágio sobre os transgênicos – uma perspectiva que ameaça os agricultores que cultivam sementes geneticamente modificadas e as empresas que as vendem.

Grandes operadores, como Archer Daniels Midland e A. E. Staley, não parecem dispostos a assumir o risco financeiro. Os preços das ações das empresas de biotecnologia de sementes, preferidas de Wall Street até recentemente, atingem seus níveis históricos mais baixos. Os investidores da Monsanto Company, líder da indústria transgênica e principal alvo da rejeição pública, viram o preço de suas ações perderem quase um terço do valor. O preço caiu de US\$ 50, em fevereiro do ano passado, para US\$ 35 – a baixa mais-recente.

Os comerciantes também estão cautelosos, especialmente depois que o Japão, Coréia do Sul, Austrália, México, os países membros da União Européia, entre outros, criaram legislação que obriga a rotulagem de produtos alimentícios que contenham ingredientes transgênicos. As principais empresas de alimentos do mundo já anunciaram que vão deixar de utilizar ingredientes transgênicos em seus produtos para o mercado europeu. Mas isso não é o bastante. Pesquisas recentes indicam que os consumidores do outro lado do Atlântico também estão rejeitando esses produtos. Vários fabricantes de produtos alimentícios, incluindo Gerber, Frito-Lay e os varejistas de alimentos naturais Wild Oats e Whole Foods, também vão parar de utilizar ingredientes transgênicos nos Estados Unidos – o maior mercado consumidor desses produtos. Se mais fabricantes norte-americanos aderirem, a queda na demanda será devastadora para os agricultores transgênicos e produtores destas sementes.

www.adufrgs.org.br
Comunicação sindical e serviços on line

ADUFRGs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

PREVIDÊNCIA

Fiscais denunciam manobra contra aposentadoria

As aposentadorias e pensões dos novos servidores públicos e daqueles que vierem a optar pelo regime complementar, conforme lei em tramitação no Congresso Nacional, não serão pagas pelo fundo de pensão que vier a ser criado pela União, Estados e Municípios. Ao contrário dos fundos de pensão hoje existentes, que são responsáveis pelo pagamento mensal da aposentadoria complementar dos seus participantes, os novos fundos servirão apenas para a capitalização da poupança acumulada ao longo dos anos de atividade.

No momento da aposentadoria, estes servidores terão que ir a mercado e procurar uma entidade aberta de previdência complementar ou uma seguradora e negociar individualmente o plano da aposentadoria. Esta mudança, que consta de um substitutivo ao projeto de lei complementar em tramitação na Câmara dos Deputados, está sendo denunciada pela Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip).

Segundo o presidente da Anfip, Antônio Neto, a entidade tomou conhecimento da proposta que altera o projeto

original do governo e, também, o substitutivo do deputado Robson Tuma (PFL-SP), relator da proposta do executivo. A Anfip tem informações de que o novo texto, do interesse da equipe econômica do governo, será colocado em votação em plenário nas próximas semanas. Se aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto segue para o Senado Federal.

Modificações graves

O presidente da Anfip considerou graves as modificações feitas. Ele explicou que a proposta original do governo era para a instituição de regime de previdência complementar pela União, estados e municípios. Os novos servidores entrariam compulsoriamente nos novos fundos de pensão. O governo garantiria apenas, no regime básico, a aposentadoria e pensão até o limite do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou seja, até R\$ 1.328,00. Para os servidores já em atividade, o ingresso no fundo de pensão seria facultativo.

Tudo isso foi mantido no substitutivo, mas com uma modificação importante. Na hora de ter acesso ao benefício, os servidores terão que procurar uma entidade aberta de previdência

complementar. O projeto não especifica como isso se dará, mas Antônio Neto acredita que os servidores receberão uma espécie de bônus, a ser aceito pelos bancos, para negociarem o benefício.

Ele explicou que, ao contrário de um fundo de pensão, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com o único objetivo de pagar aposentadoria e pensão para os seus participantes, as entidades abertas ou seguradoras, vinculadas às instituições financeiras necessariamente impõem custos para os novos participantes, segundo a Anfip.

"O que está em jogo é o futuro do serviço público e a segurança do servidor quanto à integralidade da sua aposentadoria", frisou o presidente da Anfip. Na sua avaliação, o que se quer, com essa proposta, é criar um sistema complementar à moda chilena, que já impõe pesadas perdas aos participantes. Ele disse que a disputa entre as entidades chilenas pelos participantes fez com que os trabalhadores optassem por mudar de instituição várias vezes. E a cada mudança os trabalhadores levaram menos para o fundo seguinte.

Recursos de hospitais estão mantidos em 2001

O Ministério da Educação desmentiu o anúncio de cortes de verbas para os hospitais universitários no ano que vem. A Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC informou que os recursos para o Programa Interministerial de Apoio à Manutenção do Hospitais Universitários estão previstos no Orçamento Geral da União para 2001. A proposta orçamentária, que aguarda aprovação do Congresso Nacional, prevê o repasse, pelo Ministério da Educação, de R\$ 30 milhões para os hospitais universitários, no próximo ano. Estes recursos, somados a outros R\$ 30 milhões também previstos do orçamento do Ministério da Saúde, vão compor o Programa Interministerial de Apoio à Manutenção dos Hospitais Universitários.

Implantado em 1999, o Programa é um reforço de R\$ 60 milhões ao orçamento anual dos 45 hospitais-escola vinculados a Instituições Federais de Ensino Superior e tem o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e do atendimento prestado à comunidade.

Francisco Xarão - Assessor da Secretaria de Estado da Educação

A Universidade Estadual

Em matéria publicada na edição nº 69 deste jornal, são apresentados como parte do projeto da universidade, proposta pelo governo do Estado, três assuntos distintos. Houve uma confusão de informações. Por esse motivo são recomendáveis alguns esclarecimentos.

Primeiro, a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, desde 1993, planeja ministrar cursos de nível superior. Em 1998, a escola encaminhou ao Conselho Estadual de Educação o projeto de dois cursos de tecnólogos. Este ano, o CEE nomeou duas comissões de avaliação para verificar as condições da escola para desenvolver os cursos propostos. Essa iniciativa da escola é anterior e não tem nenhuma relação com os procedimentos tomados pelo governo para a criação da universidade estadual. Segundo, o Estado do RS já possui mecanismos que operam a política do governo estadual em relação ao ensino superior, tais como a Fapergs, que é um órgão de apoio à pesquisa, e o Procred, que é um sistema de crédito educativo que visa facilitar o acesso dos estudantes ao ensino superior. Terceiro, o Governador do Estado constituiu, em 13 de junho de 2000, um Grupo de Trabalho formado pela Secretaria da Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria Geral de Governo e Fapergs, com o objetivo de

analisar os aspectos estratégicos, institucionais, acadêmicos, financeiros e jurídicos com vistas à criação da universidade estadual.

Este grupo realizou estudos e apresentou, agora em outubro, um relatório contendo indicações de medidas que podem ser tomadas no sentido de viabilizar a implantação gradativa da nova universidade no prazo mais curto possível e com investimento compatível com os limites financeiros do Estado.

O que se pode adiantar é que a criação da universidade estadual está diretamente relacionada ao desafio de implementação de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado e o País. Um modelo que diminua as diferenças regionais, sociais, econômicas, que respeite e valorize as diferenças culturais e qualifique as políticas públicas.

Não se trata, portanto, apenas de liberar das menalidades alguns milhares de estudantes. Isto, sem dúvida, é muito importante, mas não justificaria a criação de mais uma universidade. O RS precisa de uma nova universidade voltada para a inovação social e com enfoque no desenvolvimento regional.

Evidente que, para iniciar suas atividades, a nova universidade vai necessitar de estrutura física, recursos humanos etc. Nesse sentido, considerando a baixa capacidade de investimento do Estado, é mais

que elementar que essa nova instituição inicie suas atividades articulando as ações de ensino superior já em andamento nos órgãos do Estado e, prioritariamente, atendendo as demandas do próprio Estado, como é o exemplo, e é só como exemplo, a formação de professores para a rede estadual de ensino.

Nessa diretriz é que a Escola Técnica Liberato Salzano aparece como uma possibilidade, assim como outros órgãos do governo vinculados à área da pesquisa e do ensino. Isso não significa confundir a estrutura acadêmica e institucional da nova universidade com essas estruturas já existentes ou com a encampação das mesmas. Do mesmo modo, as relações que deverão ser estabelecidas com as outras IES existentes no RS se enquadram dentro da política de participação efetiva do Estado no fomento da pesquisa e na ampliação do acesso ao ensino superior, a qual a universidade estadual vem somar-se como mais um instrumento de operação dessa política.

No momento, o Governo avalia, em suas instâncias, as recomendações propostas pelo Grupo de Trabalho. Em breve, concomitante com os procedimentos técnico administrativos, ele deverá tomar a iniciativa de publicizar a sua proposta e abrir um amplo debate sobre o ritmo e o processo de implantação gradativa da nova instituição.

Desenvolvimento sujo

A Rio-92 reuniu 170 países que se comprometeram a diminuir a emissão de gás carbônico em seus territórios. No entanto, de lá para cá, a realidade ambiental do planeta continua tão cinza quanto antes. Até pior. Reuniões foram realizadas e, na principal delas, em 1997, foi assinado o Protocolo de Kioto, no Japão. Mais promessas não cumpridas. Oito anos depois da Rio-92, a reunião de Haia, na Holanda, no final do mês que vem, pretende chamar à responsabilidade os países poluidores e propor, como alternativa, a criação de um imposto sobre poluição. O tema é polêmico. Serve como paliativo, mas, na opinião de muitos ambientalistas, pode estar simplesmente empurrando o problema para as futuras gerações.

Jéferson Assumção

Representantes de países de todo o mundo estavam reunidos no final de novembro, em Haia, na Holanda, para novamente tentar cobrar dos mais ricos a conta pelo desenvolvimento sem respeito ao meio ambiente. Como encontrar formas de frear os crescentes níveis de poluição da Terra e cumprir o que ficou acertado na Convenção Climática, assinada por representantes de 170 países na Rio-92? Eis a questão. Pela Convenção, os governos signatários se comprometeram a diminuir em escala mundial a emissão de gás carbônico (CO₂), voltando aos níveis do início da década de 90.

Oito anos e cinco reuniões depois, nada de concreto pode ser contabilizado na luta contra a degradação do sistema em que estamos mergulhados até a última célula do cabelo. O Protocolo de Kioto, no Japão, firmado em 1997 por 167 países, "obriga" as nações mais industrializadas a diminuírem a emissão de CO₂ em 5% até 2012. Prometer, eles prometeram, mas na hora de cumprir tudo não passa de um jogo de cena, protagonizado, inclusive, pelo maior poluidor planetário: os Estados Unidos. É de lá que saem 25% da emissão de gás carbônico do mundo, provenientes de sua alta industrialização assentada quase que exclusivamente no consumo de combustíveis fósseis: o petróleo e o carvão, altamente poluentes da atmosfera.

Há oito anos que os americanos assinaram o compromisso internacional, mesmo tempo em que o Congresso do país se recusa a aceitar mudanças em seu perfil de desenvolvimento ou troca de sua matriz energética por tecnologias mais limpas. Quer dizer: sem que os parlamentos nacionais aprovem as modificações necessárias, o Protocolo de Kioto não passa de uma recomendação etérea, uma boa intenção das quais que, como diz o ditado, o inferno está cheio. Há até designações jurídicas para cada caso, conforme explica o diretor de campanha do Greenpeace no Brasil, Décio Rodrigues. São as *soft law* (leis internacionais sem aplicação prática, apenas intencionais) e as *hard law* (leis internacionais que se concretizaram nos legislativos nacionais e que podem ser cobradas no Tribunal de Haia).

O mundo contra os EUA

Que o mundo dos países ricos se industrializou às custas do bem-estar mundial, isso não é novidade para ninguém. Que utiliza-se de combustíveis fósseis, principal origem da poluição, também não. No entanto, Reino Unido, Alemanha, França e Japão, alguns dos grandes poluidores mundiais, mani-

festam-se a favor de uma guinada no modelo energético. Mas essa iniciativa precisa ser compartilhada pelos Estados Unidos, sob pena de não ter nenhum impacto sobre o meio ambiente. O encontro de Haia está chamando a atenção exatamente pela promessa de que os norte-americanos serão pressionados a rever sua estratégia de desenvolvimento. Afinal, o mundo que degradam é onde vive toda a humanidade.

Durante o encontro, serão debatidas formas de cobrar a contrapartida dos poluidores, como a proposta de criação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), apresentada pelo governo brasileiro em 1997. Considerando que países como os Estados Unidos não teriam condições, e nem disposição, de modificar sua estrutura econômica baseada no petróleo, o jeito seria encontrar formas de diminuir o impacto das emissões fora de seus territórios. Seria uma espécie de compra de cotas de poluição que daria aos ricos o direito a manterem seu modelo de desenvolvimento. "Por exemplo: a Índia tem uma termelétrica a carvão mineral, que emite um monte de CO₂. Os EUA vão lá, investem em uma central solar, que gera a mesma energia e não emite carbono. Ao invés de investir dentro, eles investem fora", explica Rodrigues.

Mas quais os implicadores dessa alternativa? Do ponto de vista dos ambientalistas, reforçados pelo Greenpeace, apesar de "em tese ser uma boa coisa", há desconfianças em relação a uma série de pontos. Um deles é a questão dos reflorestamentos, que serão uma das pautas principais na discussão sobre MDL. A idéia é usar dinheiro pago pelos poluidores para reflorestar áreas em outras partes do mundo. Esse processo é conhecido pelos ambientalistas como "sequestro de carbono". Uma floresta em crescimento funciona como um "ralo", sugando carbono da atmosfera e limpando o ar do planeta.

No entanto, já existe uma polêmica sobre se o reflorestamento é eficaz ou não. "Uma tonelada de carbono absorvida por uma floresta em um país significa uma tonelada de carbono que um outro pode emitir. Aí é que está o problema. Se os EUA investirem, estarão desobrigados de reduzir a emissão de gases poluentes dentro de casa", aponta. Ou seja: volta-se à mesma tecla: não mudando o perfil energético, tudo continua como antes.

Países como o Brasil, que não poluem, conforme os patamares estabelecidos por Kioto – o que para os ambientalistas é motivo de desconfiança – não está obrigado a diminuir sua emissão de CO₂. "Então, o que acontece? O Brasil pode deixar sua economia

crescer, investir em termelétricas e pode aumentar sua emissão de poluentes. Qual o balanço disso, no final das contas? Acaba-se jogando mais carbono na atmosfera do que antes", raciocina.

Os críticos à idéia de uso de florestas para capturar carbono alegam que, em um balanço global, deruba-se o Protocolo de Kioto, porque, entre outras razões, é muito mais barato para os poluidores investir em reflorestamento em outros países do que em energia solar, eólica ou mudanças tecnológicas. "A agricultura pode contribuir, substituindo o combustível fóssil. Pode-se plantar cana, fazer álcool e usar como combustível. Assim, se capture gás carbônico, libera-se na queima mas, num ciclo rápido, se absorve o CO₂ novamente, durante o crescimento da plantação de cana. O carbono da gasolina, não. Ele é irreversível", fala.

Uma alternativa para o impasse

Se por um lado há resistência americana e de outros países ricos em aceitar essa diminuição de emissão de CO₂ baseadas na mudança da matriz energética, por outro existe uma pressão crescente do restante do mundo. Na Europa, a emissão de CO₂ é grande, mas proporcionalmente menor do que nos EUA. As abrangentes políticas europeias de minimização de impactos, bem mais avançadas que as norte-americanas, também ajudam. Mas fora deste eixo setentrional, o Brasil se destaca como um país que capitaneia uma campanha de cobrança de cotas de poluição.

O secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Langoni, acredita que "o Brasil passou a liderar uma saída alternativa, negociada, que é o estabelecimento de cotas de poluição. Isso permitirá que um país com dificuldades para reduzir sua emissão de CO₂ compre seu direito de poluir". Ele considera interessante a idéia de que os poluidores compensem sua depreciação ambiental, através de investimentos em países em desenvolvimento, financiando, entre outras coisas, projetos de reflorestamento.

De olho no que está para acontecer em Haia, o secretário espera que se consiga fechar um acordo definitivo em relação a este assunto. Isso porque, segundo ele, os níveis de poluição da atmosfera chegaram a níveis muito preocupantes. Langoni considera a idéia necessária para que o mundo consiga sair de um im-

passe: a situação do ambiente vai piorando a cada ano, com consequências cada vez mais graves para o aquecimento global. O CO₂ é o principal responsável pelo efeito estufa (os raios solares que entram na Terra têm mais dificuldades para sair, aquecendo muito a superfície do planeta). Este ano, lembra Langoni,

Empresas transnacionais em florestas brasileiras?

Se ficar definido em Haia que a melhor alternativa para reduzir os níveis de CO₂ na atmosfera é mesmo a cobrança de cotas dos países poluentes, entra em pauta o debate sobre como e quem vai pagar a conta. Em tese, cada país vai encontrar sua alternativa. Supondo que os países ricos acertem a cobrança de um imposto das empresas altamente poluidoras, este dinheiro pode ir para um fundo comum, do governo, a ser aplicado fora do país poluidor. Como o assunto ainda está nebuloso, é possível que as próprias empresas queiram decidir o

destino desses recursos, investindo, por exemplo, em reflorestamentos.

Como as empresas transnacionais fariam o investimento também é uma questão que dependerá da legislação aprovada em cada país. Mas será que isso não pode significar, também, a entrada de empresas transnacionais em territórios cheios de florestas e outras riquezas naturais como o Brasil? Na opinião de Cláudio Langoni, não. No caso do Brasil, os projetos poderiam ter parceiros locais e, mesmo que empresas de fora quisessem fazer investimentos diretos, elas seriam geridos por organizações nacionais. Ele acredita que o imposto poderá incrementar os investimentos e as possibilidades de grandes negócios.

Brasil pode ser o maior beneficiado por investimentos

O Brasil é um dos países com a maior potencialidade de ser beneficiado pela cobrança de cotas ambientais, caso isso seja um benefício. Por sua posição de liderança entre países não poluidores, sua dimensão continental e pelas florestas que possui, teria condições de absorver muitos investimentos. Internamente, "o presidente Fernando Henrique Cardoso instalou um fórum nacional de

mudanças climáticas para tratar disso. O Rio Grande do Sul também tem acompanhado este assunto e tem interesse em estabelecer aqui um fórum de mudanças climáticas", fala Langoni.

Hoje, estão em andamento projetos-pilotos de reflorestamento em países como o Brasil, financiados por empresas transnacionais. É o caso da montadora francesa Peugeot que, em parceria com organizações brasileiras, está financiando o reflorestamento de uma área no Ma-

to Grosso. São empresas transnacionais que estão tentando se antecipar ao acordo de Haia. "Isso porque, hoje, a preocupação com o meio ambiente é um elemento diferencial de mercado, que tem feito exigências de desempenho ambiental mínimo. Para isso, as empresas estão tentando trabalhar sua imagem verde, mas são poucas, ainda, as que estão fazendo isso em nível mundial", diz. Mesmo nos Estados Unidos, há projetos neste sentido. Na Califórnia, comenta Décio Rodrigues, uma lei obriga automóveis a diminuir a emissão de CO₂ e há tentativas de gerar outras formas de energia, como a solar e a eólica.

Mas em termos de meio ambiente, ainda mais envolvendo dinheiro que não acaba mais – ao contrário dos recursos naturais – todo cuidado é pouco. O Brasil já enfrenta problemas graves, conforme Rodrigues, principalmente porque nossas tecnologias são ultrapassadas, os motores muito poluidores e o consumo de energia, alto. "São iluminação e redes de distribuição inefficientes e motores velhos. Além do mais, tem a questão do transporte, todo ele baseado em rodovias, o que polui muito."

Europa discute Imposto Verde

O secretário Cláudio Langoni ilustra a idéia de estabelecimento de cotas de poluição com uma discussão que vem tomado corpo na Europa.

E a criação do Imposto Ecológico ou Imposto Verde pela União Europeia. Esta discussão iniciou nas últimas três ou quatro semanas e está nas capas de todos os grandes jornais europeus. "O imposto tem uma parte relativa à emissão por automóveis. O combustível teria uma taxa agre-

gada ao seu valor final, cujos recursos seriam usados na compra das cotas ambientais", fala.

Para o diretor do Greenpeace, Décio Rodrigues, no entanto, o Imposto Verde não é uma saída prática. "É uma tentativa de aumentar ainda mais o preço dos combustíveis, para reduzir o consumo. O problema é que na Europa a quantidade de impostos nos combustíveis é tão grande que inviabiliza a criação de mais um", afirma.

Vale a pena revisitar, neste fim de século e início de nova revolução tecnológica, a obra mais conhecida de Aldous Huxley.
"Admirável Mundo Novo" é cada vez mais atual, ao mostrar que o avanço científico pode ser, numa sociedade marcada pela desigualdade e desumanização, um caminho para a barbárie

Inevitável Mundo Novo?



Ignacio Ramonet*

Seria pertinente reler, hoje, "Admirável Mundo Novo"?

Seria pertinente retomar um livro escrito há, aproximadamente,

70 anos, numa época tão distante que nem sequer a televisão havia sido inventada? Seria essa obra algo além de uma curiosidade sociológica, um *best seller* comum e efêmero que, no ano de sua publicação, 1932, vendeu mais de um milhão de exemplares?

Essas questões parecem ainda mais pertinentes porque o gênero da obra – a fábula premonitória, a utopia tecno-científica, a ficção científica social – possui um alto grau de obsolescência. Nada envelhece tão rápido quanto o futuro. Ainda mais na literatura.

E, entretanto, quem superar essas reticências e novamente mergulhar nas páginas do "Admirável Mundo Novo" certamente ficará chocado com sua atualidade surpreendente. E irá constatar que o presente alcançou o passado, pelo menos por uma vez.

O gosto pela cultura científica

O romance, que se tornou um grande clássico do século XX, narra uma história que se passa num futuro distante, por volta de 2500, ou mais precisamente, "por volta do ano 600 da era fordista". Satírica homenagem a Henry Ford (1863-1947), pioneiro norte-americano da indústria automobilística (e ainda hoje uma das famosas marcas do ramo), inventor de um método de organização do trabalho para a produção em série e da padronização das peças.

Essa técnica, pensada por Ford na década de 20, transformou, por assim dizer, os trabalhadores em autômatos, em robôs repetindo o mesmo gesto o dia inteiro. Apesar de seu caráter desumano, foi uma verdadeira revolução no universo industrial e rapidamente adotada, da Alemanha à União Soviética, por todas as grandes indústrias mecânicas do mundo. No mundo sindical e operário, e também entre os intelectuais, o fordismo suscitou críticas violentas, que artistas e criadores da época muitas vezes abordaram com indiscutível talento cárstico. Pensemos, por exemplo, em "Metropolis", de Fritz Lang (1926), ou "Tempos modernos" (1935), de Charles Chaplin.

O autor de "Admirável Mundo Novo", Aldous Leonard Huxley (1894-1963), era um homem afeiçoado à cultura, particularmente à cultura científica. O tipo de intelectual onisciente, sedutor e com opinião sobre quase tudo.

Ironia e desencanto com o mundo

Nascido numa família inglesa à qual pertenciam numerosas personalidades célebres, Aldous Huxley era parente, por parte de mãe, do escritor Matthew Arnold (1822-1888), autor dramático, crítico, humanista, viajante e professor de poesia na Universidade de Oxford. Seu avô, Thomas Henry Huxley (1825-1895), era um conhecido naturalista, defensor das teorias evolucionistas de Darwin e autor de uma obra famosa sobre a origem da espécie humana (O lugar do homem na natureza, 1863). Finalmente, seu irmão Julian Huxley (1887-1975) era

biólogo e filósofo, e também partidário das teorias da evolução. Especialista em genética, criticava, com muita pertinência, as teorias fantasistas do genetista soviético Lyssenko. No período de 1946 a 1948, foi o primeiro diretor geral da Unesco.

Como não poderia deixar de ser, Aldous Huxley estudou em Eton e Oxford, os grandes "centros de condicionamento" das elites britânicas. Também ele havia pensado em estudar ciência, mas foi impedido devido a uma grave doença na visão. Aos vinte anos, quase cego, só conseguia ler com o auxílio de uma grossa lupa e aprendeu braille, como todos os cegos. Apesar da dolorosa deficiência que o acompanhou por toda a vida, Huxley começou a publicar seus primeiros livros de poemas aos vinte e cinco anos e, depois dos horrores da primeira guerra mundial (1914-1918), passou a manifestar uma visão do mundo irônica e desencantada.

Uma sinceridade cruel

Ao retornar de uma viagem à Índia, travou grande amizade com o escritor D.H. Lawrence (autor do conhecido romance "O Amante de Lady Chatterley", 1928), que, já tuberculoso e às vésperas de sua morte – em 1930, em Veneza – iria exercer sobre si uma importante e duradoura influência.

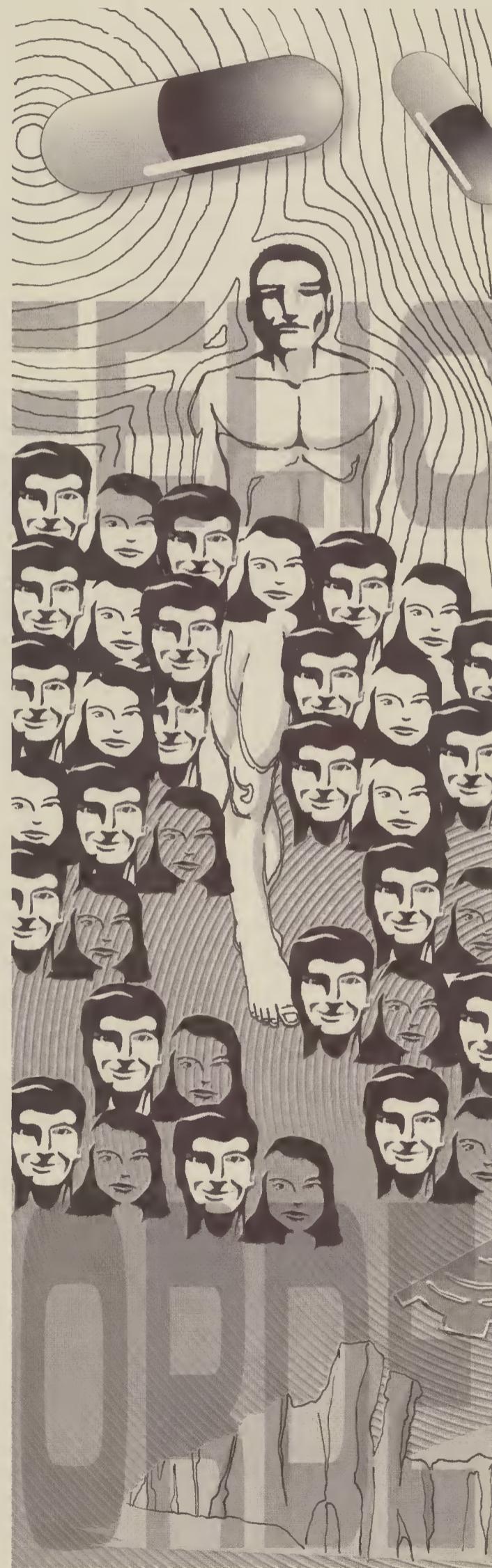
Em seus primeiros romances ("Crome Yellow", 1921; "Antic Hay", 1923; "Those Barrens Leaves", 1925; "Point Counter Point", 1928), Aldous Huxley apresenta um universo no qual a cultura e o humanismo são ameaçados por aqueles que mais os deveriam proteger. Escritos com uma sinceridade cruel, esses livros são sátiras de uma inteligência aguçada e exprimem as fraquezas e desilusões da "geração perdida". Ele mostra um humor frio, cortante, paradoxal, à moda de Jonathan Swift, ao evocar, com ceticismo, a sociedade da década de 20.

Uma humanidade desumanizada

Nesse sentido, "Admirável Mundo Novo", que é o livro mais representativo desse período, seria mais um conto filosófico à maneira de Voltaire, no qual o talento do escritor, ainda sendo grande, é ultrapassado pelo temperamento do moralista.

Essa visão pessimista do futuro e crítica feroz do culto positivista da ciência foi escrita no momento em que as consequências sociais da grande crise de 1929 castigavam as sociedades ocidentais e quando a credibilidade dos regimes democráticos capitalistas parecia vacilar. Antes da subida ao poder de Adolf Hitler, em 1933, o "Admirável Mundo Novo" denuncia a perspectiva aterrorizante de uma sociedade totalitária fascinada pelo progresso científico e convencida de poder oferecer uma felicidade obrigatória a seus cidadãos. Apresenta uma visão alucinante de uma humanidade desumanizada pelo acondicionamento à Pavlov¹ e pelo prazer ao alcance da pílula (o "soma"). Num mundo horrivelmente perfeito, a sociedade dissocia a sexualidade da procriação – por motivos eugenéticos e produtivistas.

Em "Admirável Mundo Novo", a americanização do planeta está completa: tudo padronizado e fordizado, tanto a produção de seres humanos, resultantes de manipulações genético-químicas, quanto a identidade das pessoas, produzida por hipnose auditiva,



durante o sono – a hipnópsia, qualificada por um personagem do livro como a "maior força socializadora e moralizadora de todos os tempos".

A manipulação do espírito

Os seres humanos são, portanto, "produzidos", no sentido industrial do termo, em indústrias especiali-

zadas – os "centros de incubação e acondicionamento" – segundo modelos variados, de acordo com tarefas bem especializadas atribuídas a cada indivíduo e indispensáveis numa sociedade obcecada pela estabilidade.

No momento de sua fabricação num frasco de vidro, graças ao "método Bokanovsky" (que permite produzir até noventa e seis seres humanos quando, no passado, só era possível obter um único), cada óvulo – e depois cada embrião – recebe doses mais ou menos importantes de estímulos físicos e ingredientes químicos. Essas doses irão condicionar, de forma definitiva, a capacidade intelectual, e determinarão a que categoria e casta pertencerão, em ordem decrescente, esses seres humanos: Alfa, Beta, Delta, Gamma, Ipsilon... segundo o grau de complexidade da atividade profissional a que estarão destinados.

Além do mais, cada ser humano é educado, desde nascença, nesses "Centros de acondicionamento do Estado" em função de valores específicos do seu grupo, recorrendo-se sistematicamente à hipnópsia para manipular seu espírito, para criar nele "reflexos condicionados definitivos" e fazer com que aceite seu destino. "Cem repetições três noites por semana, durante quatro anos, declara um especialista em hipnópsia. Sessenta e duas mil repetições criam a verdade."

Um manifesto humanista

Dessa forma Aldous Huxley ilustrava, no livro, os riscos contidos em teses formuladas desde 1924 por John Watson, o pai do "behaviorismo", "ciência da observação e controle do comportamento" Watson afirmava, friamente, que poderia pegar na rua, ao acaso, uma criança saudável, e fazer dela, conforme sua escolha, um médico, um advogado, um artista, um mendigo ou um ladrão, não importando para isso seu talento, suas preferências, suas tendências, suas capacidades, seus gostos ou a origem de seus antepassados.

Em "Admirável Mundo Novo", que é fundamentalmente um ma-

nifesto humanista, é possível perceber, e com razão, uma crítica corrosiva à sociedade stalinista, da utopia soviética construída com mão de aço. Mas há também uma sátira clara à nova sociedade mecanizada, padronizada, automatizada que se instalava nos Estados Unidos em nome da modernidade tecnicista.

A perda da condição humana

Huxley, excessivamente inteligente e admirador da ciência, exprime, nesse romance, no entanto, um profundo ceticismo em relação à idéia do progresso, uma desconfiança em relação à razão. Diante da invasão do materialismo, deixa uma das mais profundas peças de acusação às ameaças do cientificismo, da mecanização e do desprezo pela dignidade individual. No fundo, avalia com um desespero lúcido, a técnica que assegurará aos seres humanos um conforto exterior total, um aperfeiçoamento notável. Qualquer desejo, na medida em que puder ser manifestado e sentido, será satisfeito. Porém os homens terão perdido sua razão de ser. Irão tornar-se, eles mesmos, máquinas. Não será mais possível falar em condição humana, no sentido próprio.

O título original – *Brave New World* – é tomado emprestado de uma das últimas peças de William Shakespeare, *The Tempest* (1611). Miranda vê os príncipes de Nápoles desembarcarem de um navio naufragado e exclama: "Esplêndida humanidade, maravilhoso mundo novo, quem pode nutrir seres tão perfeitos?"

Os riscos do progresso científico

No espírito de Huxley, esse título é uma antífrase, pois o mundo que descreve nada tem de maravilhoso. É uma sociedade de castas, imutável, perene, onde tudo é programado e não há mais lugar para o acaso. Faz-se tábula rasa do passado, como recomenda A Internacional, o que, de fato, a cultura de massa realiza. Os monumentos clássicos de todas as civilizações foram derrubados, a literatura foi queimada, os museus destruídos, a história apagada.

Excesso de pessimismo ou simples lucidez? Sabemos que Huxley demonstrou, nesse livro, um senso excepcional de antecipação. A história recente demonstrou que suas profecias mais sombrias estavam em vias de se realizar, assim como, em matéria de manipulação, ele soube prever o surgimento de novas ameaças.

Pessimista e sombrio, o futuro visto por Aldous Huxley nos serve de advertência e nos incentiva, numa época de manipulações genéticas, de clonagem e da revolução do ser vivo, a acompanhar de perto os atuais progressos científicos e seus potenciais efeitos destrutivos. "Admirável Mundo Novo" ajuda a compreender o alcance dos riscos e os perigos com os quais nos deparamos, quando, por todos os lados, novamente, os "avanços científicos e técnicos" nos confrontam com desafios que põem em perigo o futuro de nosso planeta. E o futuro da espécie humana.

Traduzido por Teresa Van Acker

* Ignacio Ramonet é diretor de *Le Monde Diplomatique*.

1. O russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936) é bastante conhecido por suas descobertas sobre a psicologia da digestão: as experiências de Pavlov permitiram-lhe, particularmente, condicionar o reflexo salivar nos cães.

Acesso livre...

... na página do Diplo (www.diplo.com.br) para o artigo "De uma verdade a outra", de Nicolas Guilhot, pesquisador assistente do Instituto Universitário Europeu (Florencia/Itália). Este é um dos cinco artigos do Dossiê FMI/Banco Mundial, apresentados como "a contribuição do Diplo aos protestos de Praga, que mostram como as duas instituições agem para defender os interesses dos grandes investidores, em especial dos Estados Unidos".
Guilhot mostra como o Banco Mundial passou de um desenvolvimentismo autoritário à crença absoluta nos valores do mercado – e por que esta última lhe permite cooptar algumas ONGs, especialmente sob o mote da "boa governança". Vale conferir!

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A Attac é uma das 153 entidades civis que participam da organização do 1º Fórum Social Mundial, que acontecerá em janeiro na capital gaúcha. Em visita ao Estado, dois militantes da Attac suíça falam do movimento de resistência à globalização neoliberal e da escolha de Porto Alegre para sediar o fórum anti-Davos

“O mundo inteiro vai saber o que é o Orçamento Participativo”

Não é de hoje que Porto Alegre atrai a atenção das organizações sociais de outras partes do mundo. No mês passado, foi a vez dos suíços Andrea Duffour e Luca Pellegrini, observadores da Ação pela Tributação das Transações Financeiras de Ajuda aos Cidadãos (Attac), conhecer a experiência do Orçamento Participativo e das admi-

nistrações populares do Rio Grande do Sul. A viagem faz parte dos preparativos ao Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro. A visita serviu, ainda, para o intercâmbio de informações sobre iniciativas latino-americanas e europeias de resistência à globalização econômica.

Formada por 23 confederações com

grande grau de autonomia e quatro regiões lingüísticas (entre elas, a francesa, a alemã e a italiana), a Suíça, país da Europa central, tem a maior proporção de militantes da Attac no mundo. Com longa tradição de neutralidade, tornou-se sede de diversas organizações internacionais, entre elas a Cruz Vermelha e a ONU. Em 1992, um plebiscito rejeitou o

ingresso do País na Comunidade Europeia, a exemplo que já havia ocorrido em 1986 em relação às Nações Unidas.

Andrea e Luca deixaram Porto Alegre com as malas cheias de documentos sobre os movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, que ainda este mês serão distribuídos às seções da Attac de toda a Europa.

ADverso - A Attac existe desde quando?

Luca Pellegrini – Começou na França em junho de 1998, por iniciativa do jornal *Le Monde Diplomatique*. O sucesso foi imediato. Em um ano, reuniu mais de dez mil pessoas e organizações, e hoje, na França, tem 26 mil associados. Na Suíça, a Attac entrou pela região francesa e foi fundada em setembro de 1999. Hoje, há 3,5 mil pessoas, o que é um número muito expressivo se considerarmos que toda a Suíça tem apenas seis milhões de habitantes.

ADverso - O que explica este interesse?

Luca Pellegrini – Desde o início dos anos 90, existe na Europa uma crise de representação política. Com a queda do Muro de Berlim, a esquerda tradicional perdeu suas referências nos movimentos sociais e de trabalhadores. Essa crise concretizou-se em uma queda da participação nas eleições em toda a Europa.



A Attac surgiu nesse contexto, com o objetivo de compreender a mundialização e suas consequências para os trabalhadores e usuários do serviço público. O movimento operário não oferecia mais espaço para discutir e compreender o funcionamento da sociedade, da economia... E é isso que a Attac faz. Outro objetivo é ser um espaço de ação da cidadania. Neste sentido é que estamos aqui, conhecendo o Orçamento Participativo, uma estrutura que permite a participação das pessoas e dos movimentos sociais.

Andrea Duffour – A defesa da instituição de uma Taxa Tobim – 0,1% sobre as transações financeiras internacionais – fez a Attac ser conhecida mundialmente, mas esse não é o nosso tema central. É apenas um meio para se chegar a uma outra sociedade. Acho que as pessoas cansaram dos políticos que não têm mais conteúdo. Na Attac, debatemos com quem vivencia os problemas e conhece o contexto sobre o qual está falando. E só depois de analisarmos juntos é que propomos alternativas. Queremos, primeiro, compreender o que se passa.

ADverso - Como as pessoas fazem para participar da Attac?

Luca – Normalmente, as pessoas conhecem a Attac através das nossas publicações. Por exemplo, fizemos uma campanha contra a privatização na Suíça, que foi muito difundida. Todo dia, cada um de nós recebe algumas dezenas de e-mail e cartas, pedindo materiais. Nós enviamos materiais de referência, com nossa análise sobre os fatos e, se as pessoas estão interessadas, escrevem ou telefonam para serem membros dessa associação. Os integrantes pagam uma pequena cotização, que é mais baixa para quem está desempregado.

ADverso - Como a Attac está organizada em outros países? No Brasil, por exemplo.

Andréa – É diferente da Attac Suíça, que está particularmente bem desenvolvida em função de não haver outros movimentos, como ocorre no Brasil. Proporcionalmente, temos o dobro de integrantes da França.

Luca e Andréa, militantes da Attac suíça, vieram a Porto Alegre para conhecer o Orçamento Participativo e buscar informações sobre a cidade que, em janeiro, será sede mundial do movimento de combate à globalização econômica

Na Europa, a Attac está em todos os países e, na América Latina, há grupos no Brasil, Argentina e Chile.

Luca – É uma organização muito jovem. Hoje, nossa prioridade é o lançamento do Fórum Social Mundial, aqui em Porto Alegre. Também criamos uma coordenação europeia, que realizou um primeiro encontro no ano passado, em Paris. Foi um sucesso. Este ano, houve outro encontro em Genebra. A próxima reunião será em outubro, em Paris, com todos os delegados europeus.

ADverso - Como Porto Alegre é vista lá fora?

Andréa – Porto Alegre, para nós, é especialmente interessante. Nas reuniões nacionais da Attac, decidimos concentrar o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, porque aqui existe uma experiência concreta, prática, não apenas teórica e que funciona. Por isso, viemos para cá. Agora, representantes da CUT e do MST irão à Suíça para uma semana de conferências. O objetivo é organizar uma grande campanha de solidariedade a estes movimentos.

ADverso - Qual a impressão que vocês tiveram do Orçamento Participativo?

Luca – Esta experiência é muito interessante, por seus conteúdos e pelo aporte democrático que existe entre a comunidade e o poder público. Porém, tem a ver

com as especificidades daqui e não é exportável em um plano total. Em relação ao Fórum Social Mundial, a ida de representantes do MST e da CUT à Suíça será muito importante. Eles poderão falar de movimentos de resistência e transformação social em que os trabalhadores são sujeitos centrais. Poderão falar da longa obra de construção de um movimento de resistência contra o neoliberalismo, e num continente ao sul do mundo. Para nós, que moramos no Norte, isto é muito importante. É um exemplo prático de luta contra o imperialismo.



Também estamos coletando informações sobre o Plano Colômbia, que é outra realidade do continente americano e que deve ser centro dos debates no Fórum Social.

Andréa – Achamos que o mais importante será o Fórum tratar das experiências da América Latina, coisas centrais nesta resistência ao capitalismo. Criar, juntos, diferentes alternativas. Não uma forma ou outra de sociedade, mas várias, de acordo com as realidades do continente. Queremos sair enriquecidos com essas ideias. Também pensamos que somos uma maioria que pensa assim. Só que estamos um pouco isolados, e a minoria dominante quer que a gente se sinta em minoria. Mas 80% ou mais da humanidade querem um outro mundo. A ideia de que seja em Porto Alegre também é interessante, porque depois deste Fórum o mundo inteiro vai saber o que é o Orçamento Participativo. Não só os militantes, não só os participantes do Fórum, mas o mundo inteiro saberá.

ADverso - Porto Alegre vai sediar outras edições do Fórum ?

Luca – A ideia dos organizadores do Comitê é que as outras edições também sejam em Porto Alegre, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que acontece todos os anos em Davos.



Jaqueline Moll - Doutora em Educação e docente do PPG da Faculdade de Educação / Ufrgs

Redes sociais e processos educativos em Porto Alegre

Abordando a formação social num bairro periférico da zona sul da cidade de Porto Alegre, nas décadas de 50 a meados de 90 do século XX, "Histórias de Vida, Histórias de Escola: elementos para uma Pedagogia da Cidade" (Editora Vozes, 2000) cruza trajetórias pessoais ao processo de organização da vida comunitária.

Resultado de tese de doutorado¹, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este livro explicita uma rede de ações e significados, que é constituída e, que, ao mesmo tempo, constitui os atores sociais locais como sujeitos da cidade que, saindo de sua invisibilidade, reinventam suas relações com o poder público e reordenam o espaço urbano no qual vivem.

Esta rede, concretizada nas ações e posteriores associações comunitárias, constitui espaços educativos, espaços de aprendizagens. A oferta exigua e descontínua, por parte do Estado, de escolaridade fundamental para os adultos, torna estes espaços quase exclusivos.

A luta pela conquista e pela reconquista da escola, valorizada e desejada por esta comunidade, é consteladora de outras lutas – por água encanada, esgoto, luz elétrica, ônibus – e dos cenários sociais produzidos. A própria escola vai sendo reinventada neste processo.

Caminhando pelas trilhas da modernidade e de sua crise estrutural, as tensões constituídas nestas lutas e as ações dela decorrentes são analisadas desde a perspectiva do estranhamento entre sistema e mundo da vida (Jürgen Habermas), da cultura do silêncio (Paulo Freire), dos epistemicídios (Boaventura de Sousa Santos) e dos etnocídios (Carlos Rodrigues Brandão) que atravessam, ao longo do engendramento da modernidade, a relação entre os grupos sociais periféricos e o Estado.

As mudanças no cenário político da cidade, ao longo da década de 90, provocadas e provocadoras de relações diferenciadas entre Estado e sociedade civil, concorrem para a qualificação destas relações. No âmbito da escola, revertem-se os níveis históricos de fracasso dos alunos e produzem-se interfaces pedagógicas com o movimento comunitário.

Além disso, qualificam-se as relações das associações comunitárias com o poder público, avançando-se na perspectiva da construção de uma nova esfera pública.

A pesquisa, entendida como ação fundante da ciência através de processos de aproximação, inserção, compreensão e (re)construção da realidade, estabeleceu-se, valorizando e tecendo a rede de significados da vida local, a partir da episteme dos moradores.

O RELHA

Formas de ser e habitar a contemporaneidade

Tania Mara Galli Fonseca e Deise Juliana Francisco (orgs.)

Reúne diversos trabalhos colhidos nas interações de uma rede de convivência e inteligência coletiva que se mostra capaz de responder ao mesmo tempo que interroga. Editora da Universidade, 166 p. R\$ 15,00



Da ambigüidade ao equívoco

A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso

Maria Cristina Leandro Ferreira

O ponto desafiador é a comprovação de que o sistema da língua guarda em si tanto a possibilidade do jogo como a necessidade do ordenamento. Editora da Universidade, 126 p. R\$ 10,00



Provocando novos olhares para velhas questões, (re)significando e (re)alocando o olhar acerca do próprio campo da investigação, aproximou-se a educação de adultos da educação de jovens e crianças, a educação escolar e os processos educativos não escolares no horizonte dos embates cotidianos e dos inéditos viáveis, produzidos nas intersecções entre as instâncias comunitárias, as práticas escolares e a ação do poder público no âmbito municipal.

Desta forma, a partir de elementos da

**Histórias de vida
Histórias de escola**
Elementos para uma pedagogia da cidade

A partir de uma pesquisa na periferia de Porto Alegre, a autora revela as concretudes de uma escola pública possível para e com as classes populares.

Editora Vozes. 205p. R\$ 18,00.

sociologia, da história, da ciência política e da pedagogia, este livro discute, através de um processo social concreto, as relações entre o Estado e a sociedade civil, entre a escola e a comunidade, explicitando redes de vida e de saberes produzidas na perspectiva de uma pedagogia da cidade.

Situando-se neste tempo de trânsitos paradigmáticos, este trabalho coloca-se na contramão do nihilismo que aniquila esperanças e utopias e pensa este tempo como um tempo de muitas vozes no qual diferentes experiências humanas reconstróem nexos perdidos, redesenham mapas sociais e reinventam a vida a partir da solidariedade.

1. Redes Sociais e Processos Educativos: um estudo dos nexos da educação de adultos com o movimento comunitário e as práticas escolares no Morro Alegre (POA), de Jaqueline Moll sob orientação do prof. Nilton Bueno Fischer.

WWW

América Latina

www.rebelion.org

Sítio de notícias sobre os movimentos sociais latino-americanos. Atualizada diariamente, esta página traz textos assinados por Emir Sader, Eduardo Galeano e outros.

Poesia

www.uol.com.br/ferreiragullar/
Página oficial do poeta maranhense, com fotos, vídeos, áudio e bibliografia completa por estilo. Além de trechos de obras, traz ficha cadastral para recebimento de "e-poemas".

Ledur:

"A Feira do Livro se tornou um compromisso social do porto-alegrense"

Divulgação



Ledur: "O porto-alegrense tem vergonha de dizer que não foi à feira do livro"

AD verso - **Quais são as novidades da 46ª Feira do Livro?**

Paulo Flávio Ledur - A Feira do Livro tem na sua tradição um avanço a cada ano. Cada edição nos ensina a fazer a próxima. Por isso, tratamos sempre de manter aquilo que é bem sucedido e mudar as coisas que não satisfazem plenamente. Este ano, tivemos que remapear a praça, por uma questão de espaço, que para nós é o grande problema da feira. A feira cresce, mas a praça, não. Outra medida foi colocar o bar em vários pequenos pontos da praça, em vez de concentrado em uma área só. O espaço que era destinado à praça de alimentação será área infantil, que vivia um problema de congestionamento – era intransitável em determinado momento – e, agora, será ampliada em 30%.

ADverso - Quanto cresce em número de barracas?

Ledur - No ano passado, tivemos 191 e, este ano, serão 210 barracas.

ADverso - O número de sessões de autógrafos também aumenta?

Ledur - Simplesmente dobrou. No ano passado foram 520 e achávamos que tão cedo este número não seria superado. Agora, passa de mil sessões. Isso está sendo uma coisa até bastante intrigante e nos faz pensar muito, porque o consumo de livros não cresceu a este ponto. É estável no País, mas o número de lançamentos vem crescendo, a ponto de dobrar de um ano para outro. Realmente nos fez refletir muito e chegamos a algumas causas. Uma é a tecnologia, que colocou à disposição formas de produzir livros com muita rapidez. Essa é uma causa essencial, tanto no que tange ao autor, quanto à produção gráfica propriamente dita, que hoje é muito ágil. A gente consegue fazer um livro em pouquíssimos dias, coisa que antes levava meses. Com a informática, os próprios escritores também agilizaram a escrita, permitindo que mais livros fossem oferecidos ao mercado. Uma outra razão é que a virada de século, faz as pessoas refletirem mais sobre sua existência. Isso também estimula a produção de textos.

ADverso - No entanto, o aumento da produção não tem impacto no preço do livro...

Ledur - Pois é. As empresas não estão investindo mais dinheiro nas edições, elas estão reduzindo tiragens. Com o mesmo dinheiro, estão publicando mais títulos, mas não um número maior de exemplares. Neste sentido, a tecnologia também favorece pequenas tiragens, sem um grande aumento de custos. Hoje muitos

Por que o consumo de livros no Brasil é tão pequeno?

O que falta para atingirmos índices pelo menos parecidos com os dos nossos vizinhos Uruguai, Argentina e Chile? Os livreiros e a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL) garantem que estão fazendo a parte deles. A Feira do Livro de Porto Alegre (de 27 de outubro a 15 de novembro) chega ao seu 46º ano mantendo a tradição: ser maior do que a anterior. Seus organizadores acreditam que a Feira é uma das responsáveis pelo índice de leitura no Estado ser o dobro da média nacional. Presidente da CRL desde 1998, o professor Paulo Flávio Ledur, 53 anos, dono da editora AGE e autor de "Os Pecados da Língua", "Agenda Gramatical" e "Português Prático", tenta responder essas questões e aponta caminhos para a transformação desta realidade.

Jéferson Assumção

livros têm tiragem de mil exemplares e, se necessário, podem ser reimpressos a qualquer momento, de um dia para o outro.

Isso era inconcebível há cerca de dez anos, pois era economicamente inviável.

ADverso - Qual a sua expectativa em termos de vendas?

Ledur - No ano passado, foram vendidos 416 mil livros. Em 1998, foram 423 mil. Nossa objetivo é manter esses números, porque eles impressionam em qualquer lugar do mundo. Onde a gente diz que comercializou este número de exemplares, ou as pessoas não acreditam ou acham que é realmente uma grande feira. Repetindo estes resultados, estaremos plenamente recompensados.

ADverso - É a maior feira do livro da América Latina?

Ledur - Ao ar livre, é. Em popularidade, não tenho a menor dúvida. Em público, a nossa feira é insuperável na América Latina. Agora, se nós considerarmos os negócios entre empresas, evidentemente que a Bienal de

“Como evento popular, social e cultural, a Feira do Livro de Porto Alegre é imbatível na América Latina”

São Paulo, a Feira de Buenos Aires, a própria Bienal do Rio e a Feira do México são maiores. Mas como evento popular, social e cultural, ela é imbatível.

ADverso - Qua é a relação da sociedade gaúcha com a Feira do Livro?

Ledur - Em relação ao resto do País, o gaúcho valoriza mais o livro, mas isso não é tudo. Se fosse assim, Buenos Aires deveria ter uma feira duas vezes maior que a nossa. Lá, se valoriza mais o livro. Em Montevideu, também. Acho que há uma conjugação de fatores importantíssimos que fizeram a feira ser o que é, a ponto de ter se transformado num compromisso social. Se lá pelo décimo dia de feira, perguntamos para alguém em Porto Alegre se ele já foi na Feira, mesmo não tendo ido, ele vai dizer que sim. Que foi e comprou um livro. Então, virou um compromisso social. O porto-alegrense tem vergonha de dizer que não foi à Feira do Livro. E há, também, o compromisso dos organizadores de superar as edições anteriores, de manter a chama plenamente acesa. As universidades, os setores culturais, sempre se preocupam com a Feira. O Margs, por exem-

plo, todos os anos tem uma exposição voltada para a Feira. Mas o fundamental é que nunca se pensou em tirar a Feira da praça. Todas as grandes cidades acabaram levando-as para dentro dos salões, para fugir das intempéries e outros fatores. Porto Alegre resistiu. Acho que isso tem tudo a ver com a grandeza da nossa Feira. Não há lugar mais aconchegante numa cidade do que a sua praça. Todas as demais feiras se profissionalizaram, passaram a cobrar ingresso. A nossa não cobra nada. O sujeito pode participar de 100 espetáculos de palco e mais de 100 atividades culturais, debates etc, tudo de graça.

ADverso - Por que o livro é caro no Brasil?

Ledur - Com tiragens de mil, dois mil exemplares, o livro vai ser caro sempre. Mas se as pessoas não podem comprar, elas têm a opção de ir a uma biblioteca. O problema é que as bibliotecas, na maioria das vezes, estão defasadas. O Rio Grande do Sul tem cinco mil bibliotecas entre as escolares e as públicas. Se cada uma comprasse um único exemplar dos livros editados, o preço cairia a menos da metade. Para a nossa realidade, isso seria uma coisa fantástica. Nos Estados Unidos, por exemplo, dois mil exemplares é uma edição de teste dentro de uma pequena cidade, universidade ou escola.

ADverso - Qual é a situação atual das editoras gaúchas?

Ledur - É uma situação de dificuldade, por duas razões básicas. Primeiro, porque falta investimento público; segundo, porque vivemos uma fase de transição muito forte. As novas tecnologias, novas formas de comunicação e de oferecimento de leitura via meios eletrônicos, gerou um momento de dúvidas. As pessoas pensam: "será que eu vou continuar comprando livros ou pego pela Internet?" Principalmente quem trabalha com pesquisa de ponta pensa muito antes de comprar. Hoje, consumo é ridículo, mas eu acredito em um grande futuro para o livro no Brasil. Se, em cinco anos, atingíssemos o nível de consumo de países como o Uruguai, Argentina, Chile, teríamos que dobrar a nossa capacidade editorial. O Brasil consome um livro per capita/ano. Esses outros países, quatro. O Rio Grande do Sul é o melhor, com dois. E não há nada de especial nisso: o consumo de quatro livros por ano ainda é pequeno. Os países desenvolvidos consomem de 15 a 25 livros. Então, nós temos todo um mercado a ser explorado. O que falta? Falta oferecer, também, condições culturais, que é o maior problema. Temos um índice de analfabetismo elevado, mas muito pior é o índice dos analfabetos práticos. É aquele conceito de Mario Quintana: o verdadeiro analfabeto é aquele que sabe ler e não lê. Por esse critério, quase a totalidade dos brasileiros são analfabetos, o que não acontece nos países desenvolvidos.